



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

81) De acordo com o artigo 37, da Constituição Federal, os princípios expressos da administração pública são

- a) legalidade, impessoalidade, moralidade, finalidade e eficiência.
- b) legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade, eficiência.
- c) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.
- d) legalidade, impessoalidade, finalidade pública, honestidade, probidade.

RESPOSTA: “c”, para lembrarmos destes princípios, devemos utilizar da expressão L.I.M.P.E. (LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA).

82) Aponte a alternativa correta

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarando em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) é vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

RESPOSTA: “b”, artigo 37, inciso II, CF.

83) Assinale a alternativa incorreta

- a) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- b) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) o direito de greve será exercido em toda a sua plenitude.
- d) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

RESPOSTA: “c”, conforme artigo 37, VII, CF.

84) Sobre a remuneração dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- b) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- c) o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- d) a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

RESPOSTA: “d”, artigo 37, XI, CF.

85) Sobre a acumulação de cargos públicos, aponte a assertiva incorreta

- a) é permitida a acumulação de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, observado o teto remuneratório do funcionalismo, de dois cargos de professor.
- b) é permitida a acumulação de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, observado o teto remuneratório do funcionalismo, de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.
- c) é permitida a acumulação de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, observado o teto remuneratório do funcionalismo, de dois cargos ou empregos de médicos.
- d) é permitida a acumulação de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, observado o teto remuneratório do funcionalismo, de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

RESPOSTA: “c”, pois está em desacordo com o inciso XVI, c, do artigo 37 da CF, pois tal disposto permite a acumulação de dois cargos privativos de profissionais da área de saúde, como por exemplo: dois cargos de enfermeiro, dois cargos de auxiliar de enfermagem, etc.

86) De acordo com o que está disposto nos incisos do artigo 37 de nossa Constituição, aponte a alternativa incorreta

- a) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- b) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- c) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo a lei comum, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- d) as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreira específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, da forma da lei ou convênio.

RESPOSTA: “c”, de acordo com o inciso XIX, do artigo 37, da CF, a lei para definir as áreas de atuação das fundações é a Lei Complementar e, não a lei comum, como constou na alternativa.

87) Ao estudarmos a nossa Constituição, mais especificamente no parágrafo 4º do artigo 37, visualizamos as penalidades impostas aos agentes que cometerem atos de improbidade administrativa. Diante do informado, aponte a alternativa correta sobre as punições.

- a) cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- b) suspensão dos direitos políticos, a suspensão da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, multa e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- d) suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

RESPOSTA: “d”, parágrafo 4º, artigo 37, da CF.

Para complementar os estudos, ver Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

88) O artigo 37, parágrafo 6º, regula a responsabilidade da atuação do estado em casos de danos provocados aos particulares, diante desta informação, aponte a alternativa correta.

- a) as pessoas jurídicas de direito publico responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.
- b) as pessoas jurídicas de direito publico e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.
- c) as pessoas jurídicas de direito publico e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.
- d) as pessoas jurídicas de direito publico e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável no caso de dolo.

RESPOSTA: “b”.

89) De acordo com o texto constitucional, aponte a assertiva incorreta

- a) é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por centos do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.
- c) serão computados, para o efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.
- d) o disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para o pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

RESPOSTA: “c”, de acordo com o parágrafo 11, do artigo 37, tais parcelas não são computadas, ao contrário do que constou na assertiva.

90) O artigo 38 de nossa Constituição Federal trata das disposições a serem observadas quando o servidor publico é eleito. Diante disso aponte a alternativa correta.

- a) o servidor eleito para ocupar mandato federal, estadual ou distrital perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- b) o servidor eleito para ocupar mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, devendo optar pela remuneração menor.
- c) o servidor eleito para ocupar mandato de Vereador, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função.
- d) o servidor eleito para ocupar mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, poderá optar pela sua remuneração.

RESPOSTA: “d”, artigo 38, III combinado com a parte final do inciso II.